

1. Introdução

Os anos 90 têm sido marcados pela constante superação de paradigmas nas mais diversas áreas, seja de cunho científico e tecnológico, seja econômico ou social. Isto, se por um lado abre novas perspectivas e oportunidades, por outro, exige um esforço de reinterpretação desmitificada da realidade, o que por vezes perplexifica, pela recorrente superação de verdades, até então, quase canônicas. A interpretação da questão agrária e do recrudescimento dos conflitos sociais no campo, não podem, portanto, pretender quebrar a regra, sem perder o contexto.

O que se quer dizer num primeiro momento, é que não se pode discutir a questão agrária brasileira, sem levar em conta as profundas mudanças estruturais e comportamentais que permeiam todas as dimensões da vida econômica e social nesta virada de século, bem como não se pode ignorar as profundas transformações por que passou a economia brasileira (e a agricultura) nos últimos 30 anos.

Ou seja, não é mais possível que se discuta a questão agrária pensando no papel que a agricultura desempenhava para o desenvolvimento da economia no período de acumulação “fordista” (massificação da produção e da demanda, baseada no consumo de produtos padronizados), ignorando a atual flexibilização da produção e do consumo. Da mesma forma, não se pode pensar a questão agrária retendo-se o foco apenas no modelo tecnológico dominante (altamente mecanizado e insumista), onde os módulos econômicos de produção são propriedades médias, desconsiderando-se a diversidade das atividades rurais de hoje e a experiência com novas formas de produzir (sustentavelmente) na agricultura, que além de romper com o modelo dominante, vêm ao encontro das novas preferências dos

¹ Este artigo é uma versão revisada de Souza, Renato Santos de (1997). Agricultura e Questão Agrária nos Anos 90. In XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Anais. Natal - RN, SOBER, 04 a 08 de agosto de 1997.

² Engenheiro Agrônomo, Mestre em Economia Rural pelo IEPÉ/UFRGS, professor do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da UFSM e do Curso de Mestrado em Extensão Rural - CPGExR. E-mail: renatos@creta.ccr.ufsm.br

consumidores. Também não é mais possível pensar a questão agrária como se o setor agrícola fosse independente, não se levando em conta que transformações profundas na estrutura produtiva rural, ligaram-no à lógica dos complexos agro-industriais, e alteraram irremediavelmente o sentido (não mais autônomo) da sua produção. Não se pode, também, analisar a questão agrária, imaginando que o mercado, cada vez mais globalizado, pode oferecer abrigo seguro para todos (desde que eficientes), quando as tendências apontam para o enxugamento da mão-de-obra no setor industrial e também na agricultura. Por fim, não se pode pensar a questão agrária sem levar em conta que o sucesso no “grande mercado” é pautado por uma lógica onde os atores devem dominar cada vez mais o conhecimento e a informação. Embora estes pontos pareçam óbvios, muitos equívocos têm sido cometidos (intencionalmente ou não) na discussão da questão agrária, pela sua não observância.

O presente ensaio, portanto, busca explorar os elementos constituintes de uma discussão agrária que se pretenda contemporânea, bem como evidenciar as contradições de idéias freqüentemente usadas para se abordar a questão.

2. Uma visão crítica

Antes de propor uma interpretação da importância da questão agrária na atualidade, pretende-se traçar uma análise crítica de algumas interpretações atuais (a favor e contra a reforma agrária), que mostram-se excessivamente paradigmáticas.

1) Contra a reforma agrária, por exemplo, são freqüentes os argumentos que se baseiam na lógica de que, frente ao atual padrão tecnológico na agricultura, a pequena propriedade torna-se inviável do ponto de vista econômico. Assim, a estrutura fundiária na agricultura estaria evoluindo (em todo o mundo) para a concentração em torno de unidades médias de produção, que representariam módulos eficientes economicamente do ponto de vista do padrão tecnológico agrícola.

Em primeiro lugar, este argumento parte do pressuposto de que as atividades agrícolas reduzem-se a produção de grãos (de fato, muita importância é dada a este

segmento, tanto que as análises da safra agrícola são normalmente pautadas pelo seu desempenho). Na verdade, porém, o desenvolvimento do complexo agroalimentar nas últimas décadas tem se dado com uma crescente intensificação e diversificação das atividades agrícolas. Novas atividades têm surgido e outras têm ganhado importância, de forma que hoje, em muitos ramos de produção agrícola e pecuária - como a criação de aves e suínos, produção de leite, cultivo de hortaliças e fruticultura, cogumelos, entre outras - o tamanho da propriedade não representa nada em relação à renda do estabelecimento agrícola. Nestas e em outras atividades agrícolas, a intensidade de uso do capital e da mão-de-obra são muito mais indicativos do potencial produtivo do que a área física. Mesmo na agropecuária brasileira atual, portanto, não se pode cometer o erro de vincular o tamanho da propriedade ao seu potencial de geração de renda.

Esta abordagem parte, ainda, do pressuposto da imutabilidade do atual padrão tecnológico, e da sua perpetuação e intensificação. Ignora, de um lado, as grandes tendências por parte dos consumidores (no mundo inteiro) no sentido de mudarem suas preferências para produtos mais naturais e saudáveis, e de outro, convergindo para o mesmo fim, a emergência de novos padrões de produção agrícola, denominados de agricultura sustentável ou ecológica. Esta tendência, que tem sido evidenciada nos países desenvolvidos e em inúmeras experiências no Brasil com demanda crescente sobretudo no segmento de hortifrutigranjeiros, vem estabelecer, da parte dos consumidores, o primado da qualidade sobre a quantidade e o preço, na escolha dos produtos; e da parte dos produtores, a exigência de uma nova relação de conhecimento e respeito para com os processos da natureza que envolvem a produção. Pressupõe, portanto, mudanças também na organização social do trabalho agrícola. Os maiores desafios, no entanto, encontram-se na disponibilidade de tecnologia³ que ainda é limitada, e na garantia de oferta suficiente para atender as demandas crescentes. Trata-se, contudo, da emergência de um novo modelo (a nível

³ Esta limitação se deve principalmente pelo pouco envolvimento até então, dos órgãos de pesquisa e extensão oficiais na geração e difusão destas tecnologias. O sistema EMBRAPA, contrariando a sua trajetória de geração de tecnologia no Brasil, tem aberto linhas de pesquisa na área de agricultura sustentável e sistemas de produção para agricultura familiar. Este é um importante passo para o domínio de novas tecnologias de agricultura sustentável, e para a massificação destas alternativas.

57
comportamental e produtivo), ainda sem um delineamento concreto e seguro, mas que sem dúvida aproxima viavelmente a pequena propriedade de sistemas de produção agrícolas de ponta. Não se pode, desta forma, atestar pela inviabilidade da pequena propriedade familiar com base em modelos tecnológicos do passado, já questionados no presente (do ponto de vista econômico, social e ecológico), e que serão certamente superados no futuro.

2) Outro argumento frequentemente utilizado, é de que a reforma agrária estaria na contramão da história, visto que a tendência inexorável do desenvolvimento de qualquer país é de redução da população no campo. Os exemplos dos Estados Unidos e da Europa, com apenas 2% ou 3% da população ocupada no meio rural, são seguidamente lembrados como modelos a serem seguidos. Isto poderia levar à conclusão de que a população rural no Brasil (de aproximadamente 24% da total) ainda seria relativamente alta.

Na verdade, porém, o processo que resultou na atual estrutura agrária dos países desenvolvidos baseava-se em um crescimento intenso da economia (sobretudo no pós-guerra) com ampliação, a remunerações crescentes, das oportunidades de emprego nas cidades. Isto atraiu a mão-de-obra rural que era absorvida no setor industrial e de serviços, com rendimentos historicamente superiores aos auferidos no setor agrícola. Este processo, portanto, se deu por atração, e não por expulsão, da população rural, num período em que o intenso crescimento da economia garantia uma melhoria contínua da qualidade do emprego urbano. Na atualidade, a geração de emprego não tem dado conta nem mesmo das populações jovens que ingressam no mercado de trabalho, e o aprofundamento da liberalização dos mercados e da reestruturação (com automatização) dos setores industriais e de serviços, não permitem uma visão futura positiva em relação à geração de empregos no Brasil, sobretudo para pessoas com baixa qualificação. Ao contrário, o que se tem observado é o fechamento de vagas na indústria, a crescente deterioração da qualidade do emprego, o aumento da informalidade e a exigência de cada vez maior qualificação da mão-de-obra. Usar este argumento hoje, portanto, é

uma negligência inconcebível com o contexto histórico em que os processos ocorrem.

3) Por outro lado, cresce em importância nos anos 90⁴, as proposições de defesa da reforma agrária com base no argumento de que a produção familiar é mais funcional para o desenvolvimento econômico, por possibilitar uma redução crescente no custo da alimentação e, portanto, reduzir o percentual de gastos do orçamento do trabalhador urbano com este item. Isto liberaria uma parcela maior da renda para a compra de produtos industriais, o que dinamizaria a demanda da indústria e o crescimento econômico. Este processo, por sua vez, só seria possível porque a agricultura familiar submete-se a produzir com taxas de retorno inferiores às de qualquer investimento urbano (o que não ocorreria se esta fosse patronal), bem como pelo fato de que permite uma grande pulverização da oferta agrícola, o que impede que os preços praticados reflitam lucros econômicos provenientes de estruturas de mercado concentradas. Estes argumentos sempre se pautam na evidência empírica histórica de que a maioria dos países desenvolvidos promoveram algum tipo de reforma agrária e de afirmação da produção familiar, como estratégia de desenvolvimento econômico com segurança alimentar.

O primeiro problema deste argumento, é provar que nos anos 90 - período para o qual se pretende transplantar a discussão para o Brasil - a agricultura nos países desenvolvidos permaneça ainda hegemonicamente familiar, no que diz respeito a esta *funcionalidade*.

Esta lógica de desenvolvimento, certamente dominou os países centrais (principalmente Europa e Estados Unidos), sobretudo no pós-guerra, período em que a acumulação de capital e o crescimento econômico era determinado pela demanda efetiva da indústria, que buscava a massificação do consumo de produtos padronizados, fase que ficou conhecida como “regime de acumulação fordista”, e na qual o poder de compra da classe trabalhadora era o elemento central da demanda. Ocorre que, sobretudo nestes países, esta forma de crescimento encontrou suas

⁴ Principalmente, no Brasil, a partir dos trabalhos de VEIGA (1990) e ABRAMOVAY (1992).

59

limitações na crise de superprodução por que estes têm passado já desde a década de 70, o que tem gestado novas formas e estratégias de crescimento, através da redução dos custos industriais com melhoria constante na qualidade, expansão dos mercados internacionais - daí a razão das constantes guerras comerciais - e busca de flexibilização da produção para atender a uma demanda cada vez mais volátil. Na agricultura, esta forma de acumulação tem sido estrangulada pelo crescimento incontrolável dos estoques de produtos e dos gastos orçamentários do governo com políticas produtivistas - o que tem inflexionado as políticas agrícolas destes países para um menor intervencionismo, implicando que a agricultura seja cada vez mais determinada pela lógica do mercado - e também na crise do atual modelo tecnológico, que, gestado para garantir a segurança alimentar nacional, hoje implica em excedentes de produção com elevados custos de estocagem, altos custos de produção que não podem ser financiados a preços de mercado, e impagáveis custos ambientais. As novas bases de crescimento das economias neste final de século têm sido, portanto, a flexibilização da produção industrial (o que é possível com as modernas tecnologias da informação); a melhoria da qualidade com redução de custos; a crescente busca e ocupação de novos mercados (o que explica a crescente pressão pela liberalização internacional do comércio); e a intensificação do consumo pelo constante oferecimento de novos produtos e pela redução da vida útil dos já existentes via obsolescência programada. A lógica do crescimento, portanto, não é mais a produção e o consumo em massa, mas a especialização flexível da produção e do consumo. Tudo isto, permeado por uma produção de alimentos cada vez mais internacionalizada. Neste quadro, portanto, é temerário falar em uma funcionalidade da agricultura familiar nos termos antes mencionados.

O mais importante é que a internacionalização da economia, fez com que países como o Brasil, que ingressaram tardiamente no processo de industrialização e efetuaram-na de forma intensiva e concentrada (no tempo), estivessem sujeitos às mesmas regras e adotassem os mesmos padrões de desenvolvimento dos demais países. Isto implica em uma tarefa muito difícil no caso brasileiro: ajustar-se

economicamente ao novo padrão, procurando minimizar os custos sociais que dele advém, e ao mesmo tempo recuperar o atraso social gerado pelas distorções do antigo.

O segundo problema, por sua vez, consiste em que este argumento separa o setor agrícola do setor industrial (que se era possível no período histórico citado nos países desenvolvidos, não o é mais). Ora, como se sabe, hoje o setor agrícola é pautado pelo próprio setor industrial. As estratégias das Indústrias Agroalimentares (IAA), têm sido no sentido de intensificar a integração com os produtores rurais (em economias de rede) com agregação crescente de valor na cadeia produtiva e diversificação dos itens alimentares finais⁵, o que tem distanciado o produtor rural do consumidor final. Na Europa, por exemplo, de um total de 100 mil itens com que um supermercado trabalha, 40 mil são itens alimentares⁶, o que mostra que a diversificação de produtos finais e crescente agregação de valor no complexo agroalimentar (que vem a satisfazer as necessidades do consumidor moderno de diversidade de opções e praticidade) tem sido uma vigorosa estratégia de competitividade e crescimento industrial. Por outro lado, a produção de alimentos não tem mais o caráter de simples reprodução da força de trabalho e satisfação das necessidades alimentares humanas, mas o próprio consumo de alimentos representa atualmente, demanda efetiva de um importante e dinâmico setor industrial, que, como se sabe, é um dos que mais tem crescido no Brasil nos últimos anos⁷. Outro fator que demonstra esta tendência de que a produção de alimentos é cada vez menos um negócio agrícola, é a crescente participação da função logística nas estruturas de agregação de valor na cadeia alimentar, que na Europa já ultrapassa os 30%⁸. No Brasil, por exemplo, na década de 80, enquanto a produção agrícola aumentava a taxas superiores ao crescimento do PIB e da população e os preços

⁵ A Perdigão Agro-industrial por exemplo, tem 70 diferentes tipos de cortes de frango (dados encontrados em TROCCOLI, 1996). Esta tem sido uma estratégia competitiva do setor de aves desde 1984, oferecendo ao consumidor produtos mais diferenciados e com maior valor agregado, pelo qual ele paga até 50% a mais (MARTINS, 1995).

⁶ Ver a respeito GREEN (1991).

⁷ Ver a respeito VÍGLIO (1996)

⁸ Ver a respeito GREEN (1991).

61
agrícolas tendiam a cair, o custo da alimentação ao consumidor elevava-se, em termos reais, nas mais importantes capitais brasileiras⁹. Dentro do contexto aqui desenvolvido, este aparente paradoxo torna-se plausível.

O setor agrícola, portanto, não é mais um setor isolado na determinação do custo da alimentação, nem a produção de alimentos possui, atualmente, uma função isolada da indústria. Na verdade, o setor agrícola tem sido cada vez mais determinado pelas estratégias das indústrias agroalimentares que são determinadas, por sua vez, pelos sinais gerados pelos grandes varejistas e cadeias de supermercados, o que faz com que a produção de alimentos faça parte, hoje, de um importante setor da indústria. Desta forma, também, a atual funcionalidade econômica da produção familiar para o desenvolvimento como antes fora exposta é, no mínimo, discutível.

Além disso, para se entender porquê a produção familiar não teria o tão importante papel econômico-estrutural nos termos antes mencionados, no processo de desenvolvimento brasileiro atual, é preciso, ainda, reconhecer as seguintes evidências: (a) primeiro, que a agricultura brasileira já não apresenta nenhum significativo estrangulamento estrutural (produtivo ou tecnológico) que implique no risco de inadequação da oferta à demanda (tal como nas décadas de 50 e 60 por exemplo); (b) segundo, que a agricultura brasileira há muito vem sofrendo uma sucessiva e significativa queda no valor de sua produção, com aumento constante da produção e da disponibilidade per cápita de alimentos, e que, portanto, a elevação no preço dos alimentos ao consumidor, ocorrido sobretudo na década de 80, não pode ser atribuído ao desempenho do setor primário, e sim à complexificação da cadeia agroalimentar, com crescente agregação de valor e ampliação das margens de comercialização e do portfólio de produtos alimentares finais; (c) terceiro, que as experiências de reforma agrária pelas quais passaram os países desenvolvidos (tão citadas no contexto dos argumentos antes mencionados) ocorreram em um momento histórico absolutamente diferenciado do atual, no início dos seus respectivos

⁹ Esta análise está aprofundada em artigo de minha autoria intitulado *Desenvolvimento do Complexo Agroalimentar e o custo da alimentação no*

processos de industrialização (talvez a semelhança do Brasil dos anos 50), onde a agricultura, até pela sua antecedência histórica, assumia um papel subsidiário. Hoje, ao contrário, a agricultura tem um papel residual na dinâmica de desenvolvimento econômico, e sua função produtiva principal é de fornecer matérias primas às indústrias agroalimentares e às grandes cadeias atacadistas e varejistas, dadas as condições de mercado e as estratégias por elas estabelecidas; (d) quarto, e por último, deve-se reconhecer que o Brasil completou o seu ciclo de substituição de importações atingindo um nível de industrialização (em termos de participação no PIB) superior, em muitos casos, ao de países desenvolvidos. Desta forma, não se pode mais dinamizar um modelo que já se esgotou historicamente, nem ascender em um ciclo que já se completou, senão reconhecer e trabalhar os elementos dinamizadores e estranguladores do novo ciclo, e do novo modelo. Neste sentido, o processo de desenvolvimento para o qual convergem atualmente a maioria das economias do mundo (dentre elas a brasileira) pauta-se por mudanças qualitativas - e não quantitativas - na estrutura e na organização da produção e dos mercados, na composição dos produtos e nas pautas de consumo.

3. Questão agrária na atualidade

Face a isto, qual a importância então da questão agrária frente aos grandes desafios de desenvolvimento do capitalismo nesta virada de século? E mais, como reposicionar a discussão e o discurso da reforma agrária frente a um sistema que se complexifica em suas possibilidades e desafios, e se identifica cada vez mais com a qualidade, o conhecimento, a tecnologia e a inovação? O momento que vivemos exige, na verdade, que a questão agrária seja inserida na discussão dos principais desafios do desenvolvimento na atualidade: quais sejam, o desafio da sustentabilidade (econômica, social e ecológica) e o desafio da geração de emprego. Estes são, sem dúvida, os dois grandes desafios e também as grandes

contradições (antíteses) do capitalismo contemporâneo, e que devem nortear, portanto, a atual discussão agrária no Brasil. Assim vista, a questão agrária reveste-se de importância inquestionável, por condensar em si, estes importantes temas.

A questão da sustentabilidade diz respeito às novas demandas da sociedade, para que o desenvolvimento econômico seja pautado por critérios de preservação do ambiente natural para as gerações presentes e futuras¹⁰. Estas preocupações, que, ao menos oficialmente, têm seu marco inicial na Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo em 1972¹¹, intensificaram-se a partir da década de 80 com as discussões a respeito da camada de ozônio, de chuvas ácidas, da crescente poluição do ar, dos rios e do solo, e do perigo do esgotamento dos recursos naturais. Por outro lado, têm se transformado recentemente, em ações que pretendem impor limites ao desenvolvimento econômico a qualquer preço, seja por medidas punitivas aos agentes degradadores do ambiente (por exemplo, taxas sobre a emissão de poluentes e certificados de direito a poluir, que visam internalizar nas estruturas de custo das empresas as externalidades ambientais), seja pela geração e difusão tecnologias e processos produtivos mais sustentáveis. Na agricultura, a questão da sustentabilidade está diretamente ligada às implicações que o modelo tecnológico adotado no Brasil nos últimos 30 anos tem sobre os recursos naturais (solo e água), sobre a fauna e a flora, sobre a qualidade dos alimentos e sobre a saúde humana, o que tem impulsionado o surgimento, como já foi ressaltado anteriormente, de inúmeras experiências no campo da agricultura sustentável, que dão indícios da viabilidade científica e prática

¹⁰ O conceito de desenvolvimento sustentável tem seu marco teórico principal, ao menos no que diz respeito ao consenso oficial dos organismos multilaterais (FMI, ONU, BIRD, OCDE, FAO, etc.), no relatório da Comissão Brundtland (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) publicado originalmente em 1987. Segundo este relatório, "O desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades" (COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p.46).

¹¹ Ver a respeito as conclusões desta conferência em CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1972).

de um novo paradigma de produção¹².

Apesar disso, não se poder visualizar uma transição rápida para uma produção agrícola que seja ambientalmente sustentável, sobretudo no Brasil, onde não se atingiu ainda, um nível de produção que permita a segurança alimentar. A preocupação com a questão qualitativa cresce à medida que a quantitativa vai sendo superada.

O mais importante, porém, é que neste novo padrão agrícola, onde os insumos dominantes deverão ser o conhecimento agroecológico e o uso mais intensivo da mão-de-obra, a agricultura familiar proporciona vantagens comparativas em relação a grande propriedade e a agricultura patronal. Pressupondo uma produção mais diversificada, o uso menos intensivo de insumos e a busca de soluções específicas a cada realidade particular, a agricultura ecológica exige de quem trabalha a terra, uma observação muito maior em relação ao processo produtivo e ao ambiente que o envolve. Exige também deste, um nível de conhecimento científico claramente desnecessário no modelo tecnológico dito "moderno", este suficientemente padronizado para exigir do trabalhador rural algo além da sujeição ao cumprimento de rotinas. Obviamente que estas características são no mínimo contraditórias em relação ao modelo patronal das grandes monoculturas, tão representativas da produção agrícola brasileira.

A questão do emprego, por sua vez, diz respeito ao fato de que o aumento da competição internacional, a necessidade de rápida reestruturação das empresas no sentido de reduzir seus custos com qualidade crescente, as novas tecnologias de automação - que ao mesmo tempo em que reduz postos de trabalho, exercem uma barreira a entrada neste mercado, de trabalhadores sem qualificação - não apontam para um horizonte promissor para grandes contingentes populacionais. Os otimistas

¹² O conceito de paradigma tecnológico emergente, ao menos nos termos usados pelos Neo-Shumpeterianos, provavelmente não se adequa a este caso. Para se configurar um novo paradigma, conforme argumenta GRAZIANO SILVA (1995), uma tecnologia deve: (a) ser de ampla aplicabilidade, (b) ser aplicável tanto à esfera da produção como do consumo, através da produção de novos bens e de novos segmentos consumidores, e (c) ser aplicável basicamente a um setor emergente do sistema econômico. Ao que se tem observado, as experiências em agricultura sustentável (ecológica) dão conta de sua viabilidade técnico-científica e prática. Dos critérios acima relacionados, falta, porém, para caracterizar a agricultura sustentável como um paradigma tecnológico emergente, a geração de conhecimento suficiente para tomar estas novas tecnologias amplamente aplicáveis, uma vez que os critérios b e c são claramente contemplados.

em relação aos desdobramentos das transformações recentes no campo das tecnologias da automação e das mudanças organizacionais nas empresas, argumentam que estas, mais do que gerar desemprego, mudam radicalmente a forma do emprego na sociedade. Desta forma, o emprego se deslocaria das funções de produção física (agricultura e, principalmente, indústria) para as funções de circulação e serviços, com ênfase no crescimento das atividades de entretenimento e turismo. Já que a geração da produção física material, graças as novas tecnologias e a reestruturação das indústrias, é cada vez mais eficiente no uso da mão-de-obra, a sociedade humana passaria a necessitar despende menos tempo de trabalho na geração desta produção, o que incrementaria a demanda no setor de serviços. Este, precisaria criar novos produtos, incrementar e melhorar os já existentes, para atender a esta demanda crescente, o que geraria mais empregos e absorveria a força de trabalho liberada sobretudo do setor industrial. Com isto, o emprego perderia a característica estável que tinha até então e seria crescentemente autônomo, informal e volátil. Obviamente que esta nova configuração não poderia conviver com o atual quadro de regulamentação existente no mercado de trabalho, que só estaria contribuindo, neste caso, para fomentar o desemprego. Desta forma, argumentam, o que estaria criando tanta ansiedade a este respeito nas classes trabalhadoras seria mais a incerteza em relação ao futuro do que propriamente o desemprego que as transformações recentes tem gerado.

O que fica claro nesta equação, porém, é que as condições geradas no desenvolvimento das forças produtivas deste final de século, fecham definitivamente as portas da sociedade moderna, àqueles que, por alguma razão, não desenvolveram habilidades suficientemente mercantilizáveis para integrar os atuais padrões de produção e de consumo. É neste contexto, portanto, que o emprego agrícola guarda uma oportunidade de sobrevivência digna a muitos daqueles que, por conta do próprio desenvolvimento da agricultura brasileira, outrora deixaram suas atividades rurais, e, sem qualificação para integrar-se à força de trabalho regular urbana, foram obrigados a subempregar-se no campo e na cidade. Esta oportunidade, porém, não

significa necessariamente integrar-se aos padrões de produção e de consumo modernos, estes, também no meio rural, crescentemente profissionalizados, exigentes e seletivos.

Senão vejamos. O reflexo destas transformações no setor rural tem sido o aumento da competição nos mercados agrícolas, a redução dos preços dos produtos, e a necessidade de crescente profissionalização com uma tendência a ampliação do uso das tecnologias da informação na agricultura¹³. Este é, portanto, um processo seletivo, que irá apontar quem realmente continuará produzindo para o “grande mercado” agrícola. Analistas agrícolas de renome como o professor Shuch¹⁴, têm ponderado que os países desenvolvidos irão acumular vantagens comparativas na produção de alimentos enquanto os países em desenvolvimento se especializarão em produtos manufaturados, o que deve promover uma seleção ainda maior no setor produtivo rural do Brasil. O desenvolvimento da agricultura, portanto, tende a restringir a oportunidade de acesso ao mercado dos produtos tradicionais, à grande parte dos produtores.

Por outro lado, é de se pensar que, mesmo com 2% ou 3% da população dedicando-se à produção agrícola nos países desenvolvidos, a rentabilidade dos investimentos rurais tem sido historicamente inferior aos demais setores, assim como a renda no meio rural tem sido inferior à do meio urbano. Isto faz com que estes países dediquem pesados recursos a subsídios, com vistas a garantir e estabilizar uma renda mínima na agricultura. Como poderá ser possível, portanto, que no atual ambiente econômico, a via da produção para o mercado possa garantir uma renda satisfatória aos quase 25% da população brasileira que se ocupam no meio rural? E para futuros assentados? Existe, portanto, uma falácia de que a profissionalização dos produtores rurais e a adoção de tecnologias (produtivas e gerenciais) podem garantir a todos o sucesso frente às atuais condições de competição nos mercados agrícolas, o que não é verdade. Ao contrário, todo o processo de inovação

¹³ Este último aspecto é ressaltado em GRAZIANO SILVA (1995).

¹⁴ Ver a respeito SCHUH (1996).

tecnológica e liberalização de mercado em uma economia capitalista necessariamente seletivo, e tanto mais o será quanto mais intenso e rápido for.

4. Desenvolvimento econômico e renda agrícola

Tendo em vista a irresistível tentação que se tem em achar que a agricultura pode inserir grandes contingentes populacionais em padrões modernos de produção e de consumo, bem como, em achar que os problemas da renda dos agricultores é mais uma questão de competência que de condicionantes históricos, vale a pena discorrer um pouco mais sobre o processo de desenvolvimento econômico e a geração de renda na agricultura em uma sociedade de mercado.

A renda real que uma atividade ou setor econômico gera diz respeito à capacidade que este tem de trocar seus produtos no mercado por outros produtos e serviços, mediado, obviamente, pela moeda. Assim, quando se pensa em renda agrícola se pensa na capacidade que a produção agrícola tem de trocar, em favor do produtor, seus produtos por um conjunto de produtos e serviços que representam um *padrão de consumo moderno* (carro, televisão, refrigerador, roupas, etc.) mais uma cesta de alimentos que este não produz, que represente um *padrão alimentar moderno*.

Ora, o conjunto de necessidades que o *padrão de consumo moderno* pode alcançar é ilimitado. Uma vez alcançadas as necessidades mais imediatas, sempre novas necessidades se impõem. Desta forma, as necessidades podem ser tanto geradas pela evolução do conjunto de desejos e expectativas do homem, como podem ser antecipadas ou criadas pelo setor produtivo. Com isto, os setores industrial e de serviços, que produzem o conjunto de produtos do padrão moderno de consumo, criam constantemente novas demandas o que amplia seus mercados e agrega valor à sua produção. A obsolescência programada (por uso, por função e por desejabilidade), a agregação de serviços à produtos já existentes e a criação de novos produtos e serviços são formas de incrementar e antecipar as necessidades humanas, e agregar valor (e custo) ao cesto de produtos e serviços do padrão moderno de consumo.

O que ocorre então com a renda real da agricultura, e com a relação de troca dos produtos agrícolas com os demais produtos e serviços da economia? Ocorre que os produtos agrícolas alimentares possuem um horizonte de atendimento das necessidades humanas bastante limitado. Estando os produtos agrícolas ligados, principalmente, ao atendimento das necessidades alimentares humanas, o horizonte de ampliação quantitativa da demanda agrícola, e de certa forma da renda deste setor, limita-se ao atendimento destas necessidades, representadas numa sociedade capitalista, pela demanda de mercado. A produção agrícola não pode, como os demais setores da economia, crescer indefinidamente com o desenvolvimento da economia. O limite é o atendimento das necessidades alimentares humanas. Em sociedades desenvolvidas, cujas populações encontram-se em nível satisfatório de atendimento destas necessidades, o incremento da demanda fica restrito ao crescimento populacional. Já em sociedades em desenvolvimento, também o aumento da renda, deve, num primeiro momento, representar aumentos na demanda agrícola. Resta, porém, a possibilidade de ampliação qualitativa da oferta (e da demanda) de alimentos através da diferenciação do produto e agregação de serviços a estes, o que é feito, no entanto, por atividades de transformação no setor agro-industrial, e pouco podem representar em termos de potencial de ampliação da demanda e da renda do setor agrícola. Desta forma, apesar da grande diversidade de produtos alimentares finais hoje encontrados a disposição dos consumidores, os produtos agrícolas que os originam são, em geral, os mesmos, o que representa uma diversificação de forma e não de conteúdo, dado que os consumidores são, em geral, bastante resistentes à inovações nos seus hábitos alimentares¹⁵.

Ora, então o crescimento da economia se por um lado agrega valor e incrementa o número de produtos e serviços característicos de um *padrão de consumo moderno*, por outro impõe limites naturais ao crescimento da demanda, e portanto também da renda, agrícola. Obviamente que isto cria uma crescente defasagem para o setor agrícola, nos termos de troca de seus produtos pela cesta de

¹⁵ FANFANI (1992), salienta o conservadorismo dos consumidores em relação à mudança em seus hábitos alimentares, quando analisa os limitados impactos da biotecnologia na agroalimentação.

produtos e serviços característica do *padrão de consumo moderno*, na medida que o país avança no processo de crescimento econômico.

Nos países desenvolvidos, esta situação é minimizada, uma vez que a produção agrícola é realizada por um contingente populacional de cerca de 2% a 3% da população ativa, como é o caso da Europa e dos Estados Unidos, o que significa que a renda agrícola, que representa aproximadamente 3% do Produto Interno Bruto (PIB) nestes países, é apropriada por uma parcela proporcional da população. Tendo em vista as limitações naturais impostas à ampliação dos mercados e a irreversível deterioração dos termos de troca dos produtos agrícolas em relação ao conjunto de produtos representativos do *padrão de consumo moderno*, a manutenção da renda real por unidade de produção agrícola só é possível pela ampliação das escalas produtivas e conseqüente redução da parcela da população ocupada no meio rural. Neste sentido, o próprio processo de desenvolvimento econômico nos países desenvolvidos foi capaz de gerar alternativas de emprego em outros setores, o que reduziu o número de pessoas dependentes das atividades agrícolas nestes países, a um nível proporcional à parcela que esta contribui para a renda nacional. Com isso, a renda per capita na agricultura (em relação ao seu próprio PIB) não difere significativamente em relação à média da economia, embora se saiba que a renda real na agricultura é em geral, também nestes países, inferior à renda das atividades urbanas.

No Brasil, no entanto, o setor agrícola gera menos de 10% do PIB, enquanto que a população ocupada neste setor, que se apropria portanto da renda agrícola, representa quase 25% da população total brasileira. Mesmo sem considerar a desigual distribuição de renda (espacial e social) no meio rural brasileiro, em termos médios, a renda per capita neste setor (em relação ao seu próprio PIB) é bastante inferior à nacional.

É importante observar, portanto, que no processo de desenvolvimento econômico, a agricultura transfere renda aos demais setores da economia, gerando produções crescentes para alimentar a também crescente população urbana, a preços

declinantes. Dada esta característica inexorável, os países desenvolvidos desde a década de 50, promovem políticas agrícolas que transferem renda para o setor rural, o que minimiza os efeitos desta tendência e oferece uma certa sustentação à renda agrícola. Pode-se dizer também, que o Brasil encontra-se em uma fase de seu processo de desenvolvimento, na qual torna-se inevitável e necessária a transferência de renda da sociedade em favor do setor agrícola.

Desta forma, o futuro da geração de renda na agricultura brasileira dependerá de basicamente quatro fatores: da dimensão desta transferência de renda que a sociedade estará disposta a realizar; do crescimento da demanda interna decorrente da elevação da renda nacional e de sua distribuição; do ritmo de liberalização dos mercados externos e de queda dos subsídios nos países desenvolvidos, e da capacidade que o Brasil vier a desenvolver para enfrentar esta abertura ; e, por último, do destino econômico e político de países como a China e países do leste europeu, que representam enormes potenciais de demanda por alimentos.

5. Considerações finais

A lógica do desenvolvimento econômico como temos buscado explorar até aqui, somada ao exemplo dos países desenvolvidos e do caso brasileiro, nos remete a resposta de uma importante indagação: será possível, no momento atual, esperar que a agricultura possa garantir ao mesmo tempo emprego e renda, que possibilite a inclusão de significativa parcela do atual contingente populacional excluído, nos padrões modernos de produção e de consumo? Ao que tudo indica, a resposta é negativa.

Não se pode negar, porém, que o imenso *lumpesinato* brasileiro não consegue, hoje, almejar um emprego viável fora do meio rural. Desta forma, a reforma agrária, mais do que devolvê-los ou elevá-los à condição de consumidores modernos, representa uma política de oportunidade de sobrevivência digna à estas parcelas populacionais já sem chances de se integrarem ao circuito produtivo atual. Neste sentido, é necessário que o conceito de reforma agrária seja revisado para que

esta seja “ampliada”¹⁶, e que implique não só em uma política distributivista, mas também em uma política de regularização fundiária, de colonização, de geração de emprego (assalariado) no meio rural, de regularização de parcerias e arrendamentos, de desestímulo ao latifúndio improdutivo e a especulação fundiária e de redução no preço da terra (como a reformulação do ITR), e, sobretudo, uma política de apoio à agricultura familiar, que minimize o problema dos agricultores que, mesmo já possuindo terra, não conseguem gerar um nível de sustento adequado. Assim vista, a questão agrária é também uma questão de manutenção e ampliação das oportunidades de emprego, neste caso, no meio rural.

Na pequena propriedade, sobretudo naquelas que atualmente produzem um baixo nível de renda e também nos assentamentos, o produtor deve estabelecer uma estratégia de reprodução social que oriente suas atividades para a garantia de um nível de vida digno, mesmo que as condições de mercado lhe sejam desfavoráveis. Não haverá lugar para todos buscarem uma renda satisfatória na produção para o mercado de produtos agrícolas, que tende a ser cada vez mais competitivo e seletivo. A saída está, de um lado, na busca de novas alternativas - como: a) avançar sobre os novos conceitos de produção sustentável, de produtos ecológicos e naturais e outros “nichos” de mercado; b) viabilizar formas de produção de serviços no meio rural (como turismo, por exemplo) e de outras atividades não necessariamente agrícolas¹⁷, c) e buscar agregação de valor aos produtos agrícolas quando estes puderem alcançar alguma diferenciação no mercado. E, de outro lado, na busca de qualidade e produtividade na produção de autoconsumo, subtraindo a atual dependência que o produtor tem da produção mercantil agrícola. Esta última é, seguramente, uma condição muito importante, visto que boa parte da crise da pequena propriedade frente ao processo de desenvolvimento econômico e de modernização da agricultura brasileira, deve-se ao fato de que esta foi crescentemente afastada da produção de autoconsumo, buscando satisfazer suas necessidades predominantemente pelo

¹⁶ Este conceito de reforma agrária “ampliada” é salientado por GRAZIANO (1996).

¹⁷ A viabilização de atividades como, por exemplo, turismo, produção de casas populares e serviços no meio rural, é discutida em GRAZIANO SILVA (1996), onde o autor defende uma reforma agrária que seja não necessariamente agrícola.

processo de troca no mercado. Isto implicou em uma profunda mudança cultural, não só nos hábitos de produção, mas também nos hábitos de consumo dos agricultores, sem que, no entanto, os objetivos de uma vida melhor pudessem ser alcançados pela maioria deles. Ao contrário, fragilizou a sua condição frente a momentos de crise e ao declínio da renda agrícola, pela orientada reconversão, em direção ao mercado, de suas estratégias de sobrevivência. Ora, todo o processo de desenvolvimento econômico e agrícola implica em seleção e exclusão em determinados setores e atividades, sendo os excedentes normalmente absorvidos em segmentos emergentes do próprio processo. Como estes segmentos, no Brasil, não tiveram e não têm esta capacidade de absorção, criou-se um problema social. Talvez o momento presente recomende, portanto, em muitos casos, a volta a um modelo de unidade produtiva rural que gere um alto nível qualitativo de subsistência por seus próprios meios (como faziam os colonos imigrantes), já que o mercado tende a ser cada vez mais ingrato com os produtores retardatários.

Outra questão a ser colocada, é que não deve haver preconceitos ou restrições quanto às estratégias de sobrevivência utilizadas pelas populações rurais, que devem se deslocar cada vez mais das atividades agrícolas para outras atividades econômicas, assalariadas ou autônomas, de prestação de serviços ou de transformação. Essas atividades não agrícolas, já ocupavam, em 1990, 35,2% da População Economicamente Ativa (PEA) rural brasileira¹⁸. Não se pode, desta forma, quando se pensa em desenvolvimento rural e em reforma agrária, negligenciar esta situação, uma vez que representa a natureza da trajetória estratégica de desenvolvimento das populações rurais, frente ao declínio histórico e inexorável da renda real na agricultura.

Para finalizar, fica a questão colocada pelo professor Ignacy Sachs após afirmar que os refugiados do campo foram desruralizados mas ainda não urbanizados, e que vivem numa espécie de purgatório, numa pré-cidade: *“o que é mais fácil, urbanizar toda esta gente, dando-lhes emprego decente, moradia e condições efetivas de exercício da cidadania; ou frear o êxodo rural, gerando*

empregos e ao mesmo tempo urbanizando o campo, ou seja, levando os serviços sociais e culturais ao campo?"¹⁹. Creio que a segunda alternativa não só é mais fácil como a única possível no momento. Desta forma, portanto, a reforma agrária na atualidade tem uma importância mais social que econômica, na geração de emprego, oportunidades de sobrevivência e garantia de cidadania para aqueles que já não têm lugar na sociedade de consumo moderna.

¹⁸ Dados extraídos de GRAZIANO DA SILVA (1996).
¹⁹ SACHS, 1996.

6. Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: HUCITEC /UNICAMP, 1992.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1991. 430p.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE. **Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente**. Secretaria de Divulgação do BNH. 1972.
- FANFANI, R. GREEN, R. H. & ZÚÑIGA, M. R. Um impacto limitado: biotecnologias na alimentação. In **Ensaio FEE**. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística. n.13, v.2, 1992.
- GRAZIANO, F. **Qual Reforma Agrária?** Terra, Pobreza e Cidadania. São Paulo, Visão. 1996.
- GRAZIANO SILVA, J. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social? In **Informações Econômicas**. São Paulo, IEA/Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. n.11, v.25, nov./1995.
- _____. Por uma reforma agrária não necessariamente agrícola. In **Agroanalysis**. Rio de Janeiro, IBRE/CEA/FGV. Jan/1996. Vol.16, nº 1.

- _____. O uso das tecnologias da informação na agricultura. In **Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, SOBER. v./Dez.1995. V.34, n.º 2.
- _____. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, 1997 (texto para discussão ainda sem publicação)
- GREEN, R. H. & SANTOS, R. R. dos. **Economia de red y restructuración del sector agroalimentario**. Paris, INRA-IAA. 1991 (Comunicación presentada al seminário “Câmbio Técnico y Restructuración del Sector Agroalimentário”).
- MARTINS, C. Avicultura: matéria de reforma. in **Agroanalysis**. Rio de Janeiro, IBRE/CEA/FGV. Dez/1995. Vol.15, nº 11 (entrevista).
- SACHS, I. Desordem mundial. in **Revista Isto É**. Ago. de 1996 (entrevista).
- SCHUH, J. H. Produção esbarra na tecnologia. In **Agroanalysis**. Rio de Janeiro, IBRE/CEA/FGV. Jan/1996, Vol.16, nº 1 (entrevista).
- SOUZA, R. S. A Questão Agrária Hoje. In **Agroanalysis**. Rio de Janeiro, IBRE/CEA/FGV. Dez./1996.
- TROCCOLI, I. R. Principais cortes de aves. In **Agroanalysis**. Rio de Janeiro, IBRE/CEA/FGV. Abr./1996. Vol. 16, nº 4.

VEIGA, J. E. Uma linha estratégica de desenvolvimento agrícola. in 18° ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, *Anais...* Brasília-DF, ANPEC, 3 a 6 de dezembro de 1990. pp. 987-1009.

VIGLIO, E. C. B. L. Indústria de Alimentação: características e tendência para o ano In *Agroanalysis*. Rio de Janeiro, IBRE/CEA/FGV. Set./96, vol.16, n.º 09.